



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Fiscal – TAN

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 168
Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Paula Rosado Pereira – 2 horas semanais – 1º semestre

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Sónia Martins Reis, Paulo Marques, Eduardo Raposo

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

A presente unidade curricular visa a obtenção, pelos alunos, das bases teóricas do Direito Fiscal, na sua parte geral, em articulação com os princípios constitucionais em matéria fiscal. Não são, também, esquecidas as influências do Direito Europeu e da OCDE sobre o sistema fiscal nacional, bem como a análise crítica de vários dos temas fiscais mais controversos da atualidade.

A unidade curricular visa, igualmente, a apreensão pelos alunos de conhecimentos teóricos e práticos relativamente a vários dos impostos que integram o sistema fiscal português, com especial enfoque no IRS e no IRC. Estes conhecimentos procuram, por um lado, permitir aos alunos a resolução de casos práticos de alguma complexidade sobre os impostos em apreço e, por outro, o desenvolvimento de uma capacidade crítica relativamente à política legislativa e aos regimes fiscais em vigor.

6. Conteúdos programáticos:

I. Introdução

Caracterização do Direito Fiscal e princípios estruturantes

II. Tributos

Conceito de tributos

Impostos, taxas e contribuições financeiras: conceito e elementos essenciais

Posição do Tribunal Constitucional sobre a matéria

Classificações dos impostos

III. Relação jurídica tributária

Sujeitos

Categorias



Contribuinte, substituto e substituído tributário
Responsabilidade tributária
Sucessão tributária
Constituição, alteração e extinção da relação jurídica tributária

IV. Princípios constitucionais formais e materiais

1. Princípio da legalidade fiscal
A reserva de lei fiscal: justificação, reserva de lei competencial e princípio da tipicidade fiscal
2. Princípio da proibição da retroatividade fiscal
Retroatividade e retrospectividade
A proteção da confiança
3. Princípio da igualdade fiscal
Princípio da capacidade contributiva
4. Princípio da tributação do rendimento real
5. Princípio da praticabilidade
Presunções inilidíveis e tipificações legais
Proibição de presunções e ónus da prova

V. Impostos em especial

(permitindo a concretização dos pontos III. e IV. do Programa)

1. IRS
Características, estrutura e processo de liquidação do imposto
Incidência pessoal
Incidência real - Categorias de rendimentos
Determinação do rendimento tributável e regime de tributação de cada categoria
Elementos sintéticos do IRS – Normas comuns do imposto
2. IRC
Enquadramento e noções gerais
3. IVA
Enquadramento e noções gerais

VI. Interpretação das leis fiscais

Regras gerais
Conceitos importados
O art. 11. da LGT
Indeterminação legal e analogia

VII. Elisão ou abuso fiscal, evasão e fraude fiscais e planeamento fiscal agressivo

Segurança jurídica e justiça fiscal
Planeamento fiscal, evasão fiscal, elisão fiscal
Cláusula geral antiabuso e cláusulas específicas antiabuso

VIII. Grandes desafios ao nível da fiscalidade nacional e internacional



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos concretizam os objetivos de aprendizagem da unidade curricular, densificando-os e permitindo o desenvolvimento da análise teórica e prática dos temas.

8. Metodologias de ensino:

Existe uma articulação entre as aulas teóricas e as práticas, bem como um trabalho conjunto dos vários elementos da equipa, no sentido de se aliarem as componentes teórica e dogmática do Direito Fiscal com a análise de casos práticos e de jurisprudência.

Os conteúdos programáticos, ao abarcarem tanto a parte geral do Direito Fiscal, como alguns dos impostos estruturantes do nosso sistema, em particular ao nível da tributação do rendimento, visam articular harmoniosamente as perspetivas teóricas e práticas do Direito Fiscal. Procura-se, assim, facilitar a apreensão pelos alunos das bases teóricas e dogmáticas do Direito Fiscal, dotá-los dos conhecimentos necessários para a resolução de casos práticos de alguma complexidade e, ainda, contribuir para o desenvolvimento de uma capacidade crítica relativamente à política legislativa e aos regimes fiscais em vigor.

9. Avaliação:

Efetuada nos termos do Regulamento em vigor.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A exposição dos conteúdos programáticos visa dotar os alunos das bases teóricas fundamentais para o trabalho a realizar na UC. A análise, a reflexão e o debate crítico sobre temas centrais dos conteúdos programáticos visam o aprofundamento dos conhecimentos e da capacidade crítica dos alunos relativamente aos temas da UC. A resolução de casos práticos permite aprofundar certas matérias e testar as aptidões dos alunos.

11. Bibliografia principal:

i) Direito Fiscal – Parte geral

Ana Paula Dourado, *Direito Fiscal - Lições*, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2022

ii) IRS

Paula Rosado Pereira, *Manual de IRS*, 5ª ed., Almedina, Coimbra, 2023

iii) Outra bibliografia

ANA PAULA DOURADO - *O Princípio da Legalidade Fiscal - Tipicidade, Conceitos Jurídicos Indeterminados e Margem de Livre Apreciação*, Almedina, Coimbra, 2007 – (Vide capítulo I, para a matéria do princípio da legalidade fiscal)

PAULA ROSADO PEREIRA - *Convenções sobre Dupla Tributação no Atual Direito Fiscal Internacional*, 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2022

- «As diversas vertentes do princípio da capacidade contributiva e o IRS», in PAULA ROSADO PEREIRA (Coord.) – *Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias*, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 9-80.

SÓNIA MARTINS REIS - «Proibição da retroatividade da lei fiscal no contexto do IRS», in PAULA ROSADO PEREIRA (Coord.) – *Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias*, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 81-138.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

PAULO MARQUES, JOAQUIM MIRANDA SARMENTO, RUI MARQUES - *IRC – Problemas Atuais*, 2ª ed., AAFDL Editora, Lisboa, 2018

NUNO OLIVEIRA GARCIA - *Contencioso de Taxas*, 3ª ed., Almedina Coimbra, 2018

JOÃO RICARDO CATARINO / PAULA ROSADO PEREIRA (Coord,s), *Fiscalidade Internacional – Questões Atuais*, Almedina, Coimbra, 2023

12. Observações:

Ao longo das aulas serão sugeridos outros elementos de estudo, para além da Bibliografia principal (v.g. recursos disponíveis na Internet).